

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

- 31)** O serviço social, no Brasil, emerge em meados da década de 1930 e as condições que particularizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Neste sentido, com base nas formulações de Yamamoto, assinale a alternativa correta.
- a) Como o trabalho do assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é assalariada, a sua prática profissional não exclui os traços básicos de uma profissão “liberal”.
 - b) O serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, por meio da institucionalização da ajuda e da filantropia, no contexto de constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial.
 - c) Dentre as organizações institucionais que mediatizam o exercício profissional, cabe às organizações não governamentais uma posição de destaque por ser, tradicionalmente, um dos maiores empregadores de assistentes sociais no Brasil.
 - d) A atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses da classe burguesa e da classe trabalhadora, tendendo a ser cooptada pela classe que busca acessar os seus direitos sociais via políticas sociais para a satisfação de suas necessidades básicas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Considera-se que para Yamamoto (1982), o Serviço Social emerge quando o Estado responde, por meio de serviços e políticas sociais, as expressões da questão social; o assistente social tende a ser cooptado pela classe burguesa; e, o maior empregador de assistentes sociais é o Estado.

Fonte: IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

- 32)** Na agenda contemporânea do serviço social brasileiro, a questão social é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.
- a) Na atualidade, a forma como o Estado brasileiro, via políticas governamentais, combate a pobreza vincula-se a medidas que questionam a ordem econômico-social estabelecida.
 - b) O pensamento conservador naturaliza as expressões imediatas da questão social e as concebe como um desdobramento de características inelimináveis de toda ordem social e a ação sobre as mesmas ocorre na perspectiva de uma ação moralizadora.
 - c) Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no Brasil centram-se em políticas sociais focalizadas como mecanismo de redistribuição da riqueza socialmente produzida e de construção do consenso necessário ao regime político e economicamente democrático.
 - d) O serviço social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho e a concepção de questão social predominante na literatura do serviço social brasileiro é aquela vinculada à perspectiva sociológica compreendida enquanto disfunção ou ameaça à ordem e à coesão social.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Ressalta-se que os sujeitos governamentais que implementam as políticas sociais não problematizam a ordem burguesa; a perspectiva predominante na literatura é a histórico-crítica; e, políticas focalizadas não distribuem riquezas.

Fonte: NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. IN: Revista Temporalis, Brasília, nº3, 2001.

- 33)** O projeto ético-político profissional hegemônico no serviço social brasileiro, na atualidade, é historicamente datado, sendo correto afirmar que
- a) foi construído por sujeitos coletivos, possível pelo posicionamento crítico homogêneo dos assistentes sociais brasileiros em relação ao serviço social tradicional.
 - b) sua operacionalização supõe o reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscreve o trabalho do assistente social enquanto trabalhador assalariado que obstaculiza e impede a autonomia profissional.
 - c) sua construção é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no Brasil, com a forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital.
 - d) os componentes devem estar coerentemente articulados e envolvem uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas e a necessidade da profissão legitimar-se perante os interesses do empregador.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Ressalta-se que o posicionamento crítico em relação ao Serviço Social tradicional não é homogêneo; o projeto ético-político profissional deve legitimar-se perante a sociedade e a categoria profissional; e, a autonomia profissional é sempre relativa.

Fonte: NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CFESS/CEAD/UNB (Org). Crise Contemporânea, questão social e Serviço social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

- 34)** No mundo do trabalho, no capitalismo contemporâneo, observa-se uma múltipla processualidade, dentre a qual
- a) a expansão sem precedentes, na era moderna, do desemprego estrutural, com a diminuição do subproletariado.
 - b) a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres, indicando que a consciência de classe é uma articulação, comportando identidades e heterogeneidades.**
 - c) o trabalho perde a sua centralidade, pois ocorre a flexibilização e a tercerização nas relações de produção, não estando mais as formas de acumulação pautadas na exploração da mais-valia.
 - d) a classe trabalhadora se complexifica em dupla direção: paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional altera qualitativamente a forma de ser do trabalho que exige maior qualificação da força de trabalho, excluindo os trabalhadores “desqualificados”.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Considera-se que ocorre o aumento do subproletariado; não ocorre a exclusão dos trabalhadores “desqualificados”; e, o trabalho não perde a centralidade.

Fonte: ANTUNES, Ricardo. **“Crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho”** In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. SP. Cortez, 2003.

35) Constitui um dos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993):

- a) Contributividade regida pelo estatuto da seguridade social.
- b) Submissão à lógica mercantil por meio das entidades prestadoras de serviços.
- c) Responsabilização das entidades filantrópicas na coordenação da política de assistência.
- d) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

É correto afirmar que a política de Assistência Social é de natureza redistributiva; a política não pode estar submissa à lógica mercantil; e, a política de Assistência Social rege-se pelo comando único das ações para o Estado e as entidades filantrópicas assumem um papel complementar na oferta dos serviços e não na coordenação da política.

Fonte: BRASIL. Lei 8.742 de 07/12/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. (LOAS).

36) Segundo Iamamoto, o serviço social brasileiro, a partir dos anos 1980, registra um processo de ruptura de caráter teórico e prático-político com a herança conservadora. No debate acerca dos fundamentos do serviço social, nas últimas décadas, destacam-se os seguintes eixos temáticos:

- a) o resgate da historicidade da profissão; a crítica teórico-metodológica, tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista; e, a ênfase na política social pública.**
- b) a crítica à sociedade capitalista; a crítica ao conservadorismo; e, a ênfase na apreensão do significado da dimensão técnico-operativa da profissão na divisão social e técnica do trabalho.
- c) o debate sobre o cotidiano profissional; a tematização da dimensão técnico-operativa da profissão; e, a apreensão do significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho.
- d) a teorização acerca dos fundamentos da profissão; a crítica ao serviço social tradicional; e, a apreensão da dimensão ético-política da profissão na divisão social e técnica do trabalho.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

É correto afirmar que a autora não aponta a ênfase na dimensão técnico-operativa e não aponta a ênfase na dimensão ético-política.

Fonte: Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª Edição. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

37) A ética profissional é concebida como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. Na relação que estabelecem com os usuários, os assistentes sociais, segundo o Código de Ética devem

- a) esclarecer, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.
- b) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as requisições das instituições empregadoras.
- c) empenhar-se na viabilização dos programas sociais, de acordo com os interesses das instituições empregadoras.
- d) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, incidindo sobre as decisões dos usuários, segundo os valores e as crenças individuais dos profissionais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Considera-se que o assistente social deve apoiar as demandas dos usuários; os programas sociais devem ser viabilizados segundo os interesses dos usuários; e, o assistente social não deve incidir sobre os valores e decisões dos usuários/as.

Fonte: CFESS- **Código de Ética Profissional do Assistente Social** - Resolução CFESS nº 273/93 de 13/03/1993.

38) O debate sobre a relação teoria e prática avançou consideravelmente na década de 1980, entretanto, ainda persiste em alguns segmentos da categoria profissional dos assistentes sociais o dilema de que “na prática a teoria é outra”. Neste sentido é correto afirmar, a partir da perspectiva histórico-crítica, que

- a) a prática é a fonte imediata da teoria e tem preponderância na relação indissociável estabelecida entre ambas.
- b) a teoria é a reconstrução, pelo pensamento, do movimento do real, apreendendo as suas contradições, tendências e determinações.
- c) por se tratar de uma profissão eminentemente interventiva, a prática profissional do assistente social não prioriza a apropriação de teorias sociais.
- d) para conhecer os fenômenos sociais, o assistente social manipula variáveis empíricas por meio de instrumentos e técnicas e produz o conhecimento teórico necessário para a intervenção profissional.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

É correto afirmar que para a perspectiva histórico-crítica, a prática não é a fonte da teoria; a prática profissional do assistente social não ocorre sem os fundamentos teóricos; e, a manipulação de variáveis empíricas não produz conhecimento teórico.

Fonte: SANTOS, Claudia Mônica. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na Relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Ed. Lumen Juris, 2010.

39) Sobre a implementação do SUAS é **incorreto** afirmar que

- a) prevê em seu organograma os CAS que coordenam os CRAS e os CREAS.
- b) os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) são destinados ao atendimento básico.
- c) os CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) são destinados para atendimento de média e alta complexidade.
- d) a atenção de média e alta complexidade é pensada para atendimentos e encaminhamentos referentes ao cadastro ao programa Bolsa Família.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Considera-se que o cadastro ao Programa Bolsa Família é realizado nos Centros de Referência de Assistência Social.

Fonte: **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**.

40) Aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, são competências do

- a) Conselho Federal de Serviço Social.
- b) Comitê Nacional de Renda de Cidadania.
- c) Conselho Nacional de Assistência Social.
- d) Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, são competências do Conselho Nacional de Assistência Social.

Fonte:

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004.

41) Tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que são atribuições do Conselho Tutelar, **exceto**:

- a) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário.
- b) **realizar matrícula e controle de frequência escolar em estabelecimento oficial de ensino fundamental.**
- c) atender crianças que são vítimas de abuso sexual de adultos responsáveis ou não e de omissão de socorro e atenção da sociedade ou do Estado.
- d) requerer tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, quando deles demandados por crianças e adolescentes.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Realizar matrícula e controle de frequência escolar em estabelecimento oficial de ensino fundamental não se refere à atribuição do Conselho Tutelar.

Fonte: Lei n 8069, de 13/07/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA).

42) O respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade, está previsto nas diretrizes e princípios da Lei nº 8.742/1993, denominada:

- a) Constituição Federal.
- b) Norma Operacional Básica/SUAS.
- c) Lei de Regulamentação da Profissão.
- d) **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) está coerente ao abordado no enunciado da questão.

Fonte: Lei 8.742 de 07/12/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. (LOAS).

43) Segundo *Behring e Boschetti* (2006), a leitura das políticas sociais segue três perspectivas de análise. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) A perspectiva idealista parte do pressuposto metodológico segundo o qual o sujeito se sobrepõe ao objeto.
- b) **A perspectiva idealista tem um princípio de tipos ideais típico do positivismo, cujo pressuposto é a ênfase nos indivíduos em detrimento da estrutura constituída de valores e hábitos socialmente construídos.**
- c) A perspectiva funcionalista tem como pressuposto metodológico tratar os processos sociais como fatos sociais, como coisas que devem ser tratadas isoladamente para não atrapalhar o desenvolvimento harmônico da sociedade.
- d) A perspectiva marxista, cuja referência é o materialismo histórico dialético, recusa a utilização de enfoques restritivos e unilaterais e não compreende a sociedade capitalista distanciada da contradição entre o capital e o trabalho.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A perspectiva idealista não se filia ao positivismo e os tipos ideais vinculam-se à perspectiva da sociologia compreensiva.

Fonte: BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, I. **Política Social, Fundamentos e história**. SP: Cortez, 2006.

44) No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garantir o direito à convivência familiar e comunitária e contribuir para o processo da autonomia e da emancipação social das famílias são alguns dos objetivos específicos do(a)

- a) **proteção social básica.**
- b) proteção social especial.
- c) pacto de aprimoramento de gestão.
- d) Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garantir o direito à convivência familiar e comunitária e contribuir para o processo da autonomia e da emancipação social das famílias são alguns dos objetivos específicos da proteção social básica.

Fonte: Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004.

45) Maurílio Matos discute sobre assessoria e consultoria e, em suas análises, aponta as diferenças entre essas duas ações, problematiza a importância da assessoria, apresenta as possibilidades e espaços para desenvolvê-las e discute a importância do referencial teórico e político. Diante do exposto, é correto afirmar que a assessoria

- a) desenvolvida pelos assistentes sociais, tendo como referência o projeto ético e político, visa qualificar o trabalho profissional e garantir direitos.
- b) **à gestão das políticas sociais tem sido demandada por diferentes sujeitos: representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; conselheiros de direitos e de política; gestores empresariais; e, profissionais.**
- c) pode ser entendida também como supervisão profissional, pois assume um grau de autonomia na instituição a qual atente, porque é realizada por profissionais temporariamente contratados para desenvolver essa ação.
- d) é uma ação pontual e consiste em fornecer pareceres especializados e conselhos técnicos. Já a consultoria é um processo que necessita de maior tempo devido à complexidade de assuntos e ações a serem desenvolvidas.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Considera-se que a assessoria não tem como única referência o projeto ético-político; a assessoria não é supervisão profissional e não pode ser autônoma; e, a assessoria é contínua e a consultoria é pontual.

Fonte: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. Ed. Cortez, 2010.

46) A hegemonia do capital financeiro provoca mudanças significativas na relação entre processo produtivo e trabalho e vem legitimando o mercado como regulador das relações sociais. Sobre o impacto dessas mudanças no campo das políticas públicas, é correto afirmar que elas provocam

- a) **privatização dos serviços essenciais.**
- b) ampliação das estratégias de controle social.
- c) democratização dos espaços de participação.
- d) ajuste fiscal para ampliação da oferta de serviços no âmbito estatal.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Ressalta-se que as mudanças empreendidas no âmbito do capital financeiro não ampliam as estratégias de controle social, ao contrário, diminuem e até criam mecanismos que impedem esse processo; elas não provocam democratização dos espaços de participação, a partir da privatização dos serviços reduzem-se as possibilidades de exercício efetivo da democracia; e, o ajuste fiscal reduz oferta de serviços e as transfere para o setor privado.

Fonte: BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

47) O processo de implementação da seguridade social, pós-Constituição Federal de 1988, vem sendo tensionado pelo ajuste neoliberal, submetendo-a à lógica do ajuste fiscal, que assegura

- a) **uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços.**
- b) a focalização dos serviços, tendo em vista a garantia equitativa dos direitos sociais de cidadania.
- c) um sistema de proteção social progressivo para atender ao aumento da demanda por benefícios e serviços.
- d) a ampliação da ação estatal via organizações sociais, descentralização e participação popular via conselhos.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Ressalta-se que a focalização não possibilita garantia equitativa dos direitos sociais e sim fragmentação na oferta dos serviços; assegura um sistema de proteção social regressivo, sobretudo no que se refere a reforma tributária; e, a criação das organizações sociais provoca o enxugamento da ação estatal e, conseqüentemente, diminuição da participação popular.

Fonte: BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

48) A avaliação de políticas sociais é um importante instrumento que tem como premissa dimensionar a capacidade que estas possuem para expandir direitos, reduzir desigualdades e qualificar a oferta dos serviços à população. Segundo Minayo (2005), visa fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos. Esse processo envolve dimensões, tais como:

- a) democracia, eficácia e planejamento.
- b) **utilidade, viabilidade, ética e precisão.**
- c) disciplina, técnica e instrumentalidade.
- d) confiabilidade, tecnicismo, autoridade e centralismo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Considera-se que tecnicismo, autoridade e centralismo impedem um processo avaliativo coerente com a defesa feita pela autora e, sobretudo, no debate das políticas públicas; a autora não credita ao processo avaliação a técnica como central. A instrumentalidade refere-se a outra discussão centrada no debate específico do Serviço Social; e, a eficácia é um dos elementos que compõem as dimensões do processo avaliativo, assim como a democracia é princípio.

Fonte: MINAYO, Maria Cecília. (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

49) A atuação do serviço social se dá nas manifestações da questão social, no bojo das disputas empreendidas pelas classes sociais, em como se expressam na vida dos sujeitos sociais. Nesse processo, o profissional constrói um conjunto de respostas às requisições que lhes são dirigidas, legitimando um determinado projeto societário e de profissão. Nessa perspectiva, a instrumentalidade do serviço social refere-se à(ao)

- a) hierarquização entre teoria e prática na definição dos instrumentais.
- b) **articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.**
- c) entendimento da teoria como central na obtenção de resultados exitosos no atendimento ao usuário.
- d) prioridade aos instrumentais técnicos para a garantia da qualidade dos serviços prestados no conjunto das políticas sociais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Ressalta-se que o debate sobre instrumentalidade perpassa uma relação dialética entre teoria e prática e reafirma a unidade entre estas dimensões; há uma unidade entre teoria-prática, sobretudo, nos processos de atendimento aos usuários dos serviços; a prioridade aos instrumentais técnicos impede a efetiva qualidade dos serviços prestados, sobretudo, no processo de apreensão da realidade, que implica reflexão, crítica e proposição, os instrumentais técnicos, estão submetidos as concepções que envolvem o fazer profissional e não o contrário.

Fonte: GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

50) O serviço social como profissão dispõe de uma relativa autonomia que possibilita imprimir uma direção social ao exercício profissional. Sobre a autonomia relativa conquistada no processo histórico da profissão, é correto afirmar que

- a) se reafirma como dimensão monolítica na definição das tendências teórico-metodológicas da reconceitualização.
- b) se consubstancia exclusivamente pelas normativas expressas no código de ética profissional e na lei de regulamentação da profissão.
- c) sua efetivação depende da correlação de forças econômica, política e cultural na sociedade que se expressam nos espaços ocupacionais.
- d) contribui para a definição de instrumentais técnico-operativos que conferem aos processos de trabalho uma independência frente às requisições institucionais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A autonomia relativa se efetiva em um campo de disputas por projetos profissionais com concepções diferenciadas, na tensão com os interesses dos espaços ocupacionais em que se inserem os profissionais, não se configurando em um campo monolítico. Não se consubstancia exclusivamente pelas normativas expressas no código de ética profissional e na lei de regulamentação da profissão, se define nos processos histórico-sociais e institucionais. A relativa autonomia profissional não é sinônimo de independência frente às requisições institucionais, ao contrário, sua realização pressupõe negociação com os interesses e demandas institucionais.

Fonte: IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

51) É no desenvolvimento das forças produtivas em sua relação com as lutas de classes e como esse processo rebate na modernização das instituições jurídico-políticas em que estão inseridos os assistentes sociais que se materializam tendências teórico-políticas que consubstanciam os projetos profissionais em disputa. É correto afirmar que esse processo no âmbito da racionalidade formal-abstrata exige

- a) a atribuição de um papel central à dimensão teórico-metodológica na definição dos instrumentais e técnicas profissionais.
- b) a prioridade no estabelecimento da centralidade aos instrumentos e técnicas para qualificar as respostas às requisições profissionais.
- c) o estabelecimento de uma intrínseca relação entre teoria e prática, em um processo dialético, para a leitura das demandas profissionais.
- d) a legitimação de uma dimensão ideo-política vinculada às demandas da classe trabalhadora em sua tensão com as requisições institucionais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Nessa perspectiva, a dimensão teórico-metodológica na definição dos instrumentais e técnicas profissionais assume um papel, ora secundário, ora abstrato, em uma ruptura com a realidade concreta. A racionalidade formal-abstrata provoca uma cisão entre teoria-prática, conferindo maior ênfase aos processos empíricos em detrimento de fundamentos teóricos. A racionalidade formal-abstrata reproduz a ideia de neutralidade científica em relação às lutas entre as classes sociais e reforça a defesa das requisições institucionais para a manutenção da ordem estabelecida.

Fonte: GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

52) As instituições são espaços que garantem a reprodução da força de trabalho, tendo em vista relações de exploração e dominação. Segundo Faleiros, “O processo de acumulação de capital é contraditório e nas instituições se produzem lutas para manter e transformar a exploração e a dominação”. No que se refere à leitura das práticas institucionais na perspectiva histórico-crítica é correto afirmar que

- a) configuram espaços de luta em que as forças se enfrentam por meio de processos de mediação.
- b) se materializam em programas e projetos que garantem o desenvolvimento institucional via planejamento.
- c) representam especializações e desenvolvimento de tecnologias que qualificam a intervenção profissional.
- d) são definidas pelos gestores e executadas pela equipe multiprofissional tendo em vista o aprimoramento técnico-científico.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Na perspectiva histórico-crítica, as práticas institucionais não se reduzem a programas e projetos e não devem garantir o desenvolvimento institucional via planejamento, somente, e sim, que este atenda aos interesses da população usuária dos serviços. Nessa perspectiva, não há uma cisão entre o trabalho intelectual e o material, entre planejamento e execução. As práticas institucionais não se explicam e se reduzem a meras especializações e desenvolvimento de tecnologias.

Fonte: FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 7. ed. São Paulo: Cortez.

- 53)** No processo de avaliação de políticas e programas sociais, os indicadores são fundamentais para apreender suas características essenciais. Nessa perspectiva, para a construção de indicadores sociais, deve-se considerar
- a) a cultura clientelista e autoritária que envolve as relações entre Estado e Sociedade.
 - b) a permanente necessidade de uma consultoria externa para garantir a neutralidade na avaliação.
 - c) a necessidade de mudanças no campo institucional para aprimoramento de tecnologias sociais.
 - d) os processos de organização da política social, financiamento, direitos e benefícios e níveis de participação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Considera-se que a construção de indicadores, segundo a autora, contribui para romper com a cultura clientelista e autoritária que envolve as relações entre Estado e Sociedade e não para reforçá-la. É exatamente o contrário, a construção de indicadores sociais deve ser constante e primar pelo envolvimento da equipe que está na execução direta dos serviços, e, jamais pautar-se pela neutralidade, ela envolve concepções e interesses distintos. A construção de indicadores pode contribuir para mudanças no campo institucional tendo em vista qualidade dos serviços prestados, as necessidades sociais efetivas da população, a melhoria na gestão, não somente o aprimoramento de tecnologias sociais.

Fonte: MINAYO, Maria Cecília. (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

- 54)** A questão social, em suas múltiplas expressões, tem sido, historicamente, eixo central da formação e intervenção profissional. No marco da teoria social crítica, ela pode ser entendida como
- a) representação das manifestações contemporâneas de desmonte dos direitos sociais na sociedade capitalista.
 - b) conjunto das anomias provocadas pelos movimentos sociais à ordem estabelecida no processo de luta de classes.
 - c) resultante da pobreza relativa produzida pelas desigualdades sociais engendradas no capitalismo monopolista.
 - d) resultante da contradição entre o caráter coletivo da produção e a apropriação privada dos bens socialmente produzidos.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Ressalta-se que a questão social não se reduz às manifestações contemporâneas de desmonte de direitos. Na perspectiva crítica, deve-se considerar as dimensões histórico-sociais e econômicas do capitalismo em sua fase monopólica. Na perspectiva crítica não se trabalha com o conceito de anomia. A questão social não se reduz à pobreza relativa que constitui somente uma dimensão.

Fonte: IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. In: **Revista Temporalis**. 2001. n. 3 (jan. jul 2001)

- 55)** O Plano Diretor da Reforma do Estado elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), em setembro de 1995, historicamente, orientou, no Brasil, a reconfiguração do papel do Estado a partir de uma reforma gerencial que se baseou na descentralização, tendo em vista a qualidade e produtividade do setor público. Sobre o pressuposto que norteia o referido plano, assinale a alternativa correta.
- a) A descentralização para o setor público não-estatal de serviços como educação e saúde.
 - b) A ampliação da ação estatal por meio das parcerias público-privadas e autonomia aos estados e municípios.
 - c) O patrimonialismo como princípio de organização gerencial, garantindo o Estado como regulador das relações sociais.
 - d) A diversificação das formas de associativismo civil e de mecanismos de controle social na organização dos serviços.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Considera-se que o plano não defende ampliação das ações estatais e muito menos a autonomia dos municípios no financiamento e gestão das políticas públicas; o plano de reforma do Estado questiona e nega o patrimonialismo como princípio organizativo do Estado em defesa de uma concepção gerencial e modernizadora deste; e, a proposta de reforma do Estado prioriza o mercado e nega as formas de controle social pela sociedade.

Fonte: BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

56) No Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o “Ato Infracional” são realizadas as seguintes ponderações. Assinale a única alternativa verdadeira.

- a) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (Art. 104). São penalmente inimizáveis os menores de dezoito anos, sujeito às medidas previstas nesta lei.
- b) Comprovando-se maior ou menor participação no ato infracional o adolescente poderá receber a concessão da remissão, via Conselho Tutelar e Instâncias da Defensoria Pública Local, como forma de exclusão do processo (Art. 105).
- c) Confirmando-se o ato infracional, o adolescente poderá corrigir suas ações através de prestação de serviços comunitários, que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a doze meses (Art. 107).
- d) **Comprovando-se ato infracional grave os adolescentes e as crianças que o cometeram serão privados de sua liberdade, estando prevista por lei e pela autoridade judiciária competente, internação em estabelecimentos educacionais (Art. 106).**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

O artigo 106 prevê somente as condições de privação da liberdade senão em flagrante pela autoridade judiciária competente.

Fonte: Fonte: Lei n 8069, de 13/07/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

57) Com relação às premissas expressas no Estatuto do Idoso, é **incorreto** afirmar que

- a) na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.
- b) a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- c) **é obrigação do Poder Público, da sociedade, da comunidade e da família, assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.**
- d) o idoso goza de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, sendo assegurado por lei ou por outros meios, as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

É incorreto afirmar que é obrigação do Poder Público, da sociedade, da comunidade e da família, assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Fonte: BRASIL. Lei nº 10.741, de 2003. **Estatuto do Idoso**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2003.

58) No que tange o Benefício de Prestação Continuada, estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social, assinale a alternativa correta.

- a) O beneficiário deve ser revisto a cada 03 meses para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- b) O benefício pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o de assistência médica.
- c) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 do salário mínimo.
- d) São sujeitos passíveis de recebimento do benefício às pessoas portadoras de deficiência e os idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e tê-la provida por sua família.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

É correto afirmar que São sujeitos passíveis de recebimento do benefício às pessoas portadoras de deficiência e os idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e tê-la provida por sua família.

Fonte: Lei 8.742 de 07/12/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social.** (LOAS).

59) Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Refere-se a um conjunto de ações no âmbito da Assistência Social, prestado por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração.
 - () Constitui um modelo de gestão desterritorializada, com instância deliberativa e participativa, com a missão de ampliar a prestação de serviços sociais e filantrópicos.
 - () Organiza os serviços sócio-assistenciais segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional, sendo universal a quem dela necessitar.
 - () Reabilita o papel do Estado na provisão da proteção social e resgate de cidadania, reafirmando princípios previstos na LOAS de gestão compartilhada, cofinanciamento e cooperação técnica entre os três entes federativos.
- a) V – F – V – V
 - b) V – F – F – V
 - c) F – V – V – F
 - d) F – F – V – V

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

É correto afirmar que o Suas não é universal, as condicionalidades são a quem dele necessitar; o SUAS não é desterritorializado em seu modelo de gestão, ao contrário, conforme preconiza a PNAS. E não é universal. Trata-se de um conjunto de ações da assistência social organizado pelos níveis de governo.

Fonte: **Sistema Único de Assistência Social** (SUAS).

60) Sobre os avanços conquistados com a Constituição Federal de 1988, no que se refere à Assistência Social, assinale a alternativa correta.

- a) Passa a contar com o fundo nacional, apenas quando dele necessitar.
- b) Passa a ser um direito universal, redistributivo, de qualidade e gratuito.
- c) O Conselho Nacional de Assistência Social materializa com o papel de controle de risco e vulnerabilidade individual e familiar.
- d) Passa a fazer parte dos planos orçamentários da União, do Governo Federal, dos Estados e Municípios para financiar políticas que garantam ações planejadas anualmente.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Considera-se que o Fundo Nacional é condição para que a política se efetive regularmente, e não somente quando dele necessitar. A assistência social não é um direito universal. A função do Conselho Nacional de assistência social é de controle social, avaliação e fiscalização da política de assistência.

Fonte: **Sistema Único de Assistência Social** (SUAS).